



# Anais da Assembléia

N.º 16

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1.983

(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretária-pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Sérgio Spada.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Ailton Cordeiro, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Feança, Tadeu Lúcio Machado, Toguio Setogutte, Paulo César Furiati (39), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Francisco Ecorsin, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Márcio Pereira, Odeni Mongruel, Quielse Crisóstomo da Silva, Tércio Albuquerque e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE -- (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício à TECPAR, no sentido de informar o seguinte:

1. Originais de análises de amostras de batatas coletadas em Palmas, onde foram detectados altos resíduos agrotóxicos ALDICARB.
2. Laudos de possíveis outras análises feitas do mesmo lote e justificativas sobre possíveis diferenças de resultados.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.983.

(a) PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofícios à Secretaria da Agricultura, Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e TCPAR, no sentido de informarem sobre os seguintes itens:

1. Informação sobre a contaminação de batatas, por agrotóxicos, ocorrido no Município de Palmas;
2. Informação sobre o posicionamento da Union Carbide do Brasil Ltda., produtora do agrotóxico, que coloca em suspeita análises efetuadas pelo TECPAR.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1983

(a) PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do brilhante editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo" de hoje, intitulado "O CORONEL PAULA SOARES", o qual enaltece a personalidade marcante que foi aquele ilustre Cidadão Paranaense, recentemente falecido.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, em nome da Bancada do PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria da Educação, enfatizando a necessidade de serem tomadas urgentes providências visando a liberação das verbas destinadas aos municípios paranaenses, para atender às despesas de auxílio para transporte de alunos das zonas rurais.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que as autoridades sanitárias da Secretaria da Saúde de nosso Estado, bem como os responsáveis pela saúde pública de Paranaguá informem, com urgência, qual a causa do índice alarmante de hepatite, ocorrida nas últimas semanas em Paranaguá.

Acontece que a população, com justa causa, está em pânico, pois não conseguimos detectar a causa daquela epidemia.

Ninguém pode ficar indiferente ao problema que hoje está sendo um verdadeiro drama da tricentenária Paranaguá.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz apelando no sentido de que determine a reconstrução do acostamento do trecho da Rodovia do Xisto, no trecho compreendido entre Araucária e Lapa, bem assim como reparo e recapeamento onde se fizer necessário do trecho entre Lapa e São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Para consubstanciar com mais poder, nos é grato anexarmos cópia de expedientes recebidos dos Excelentíssimos Srs. Prefeitos de Araucária, Contenda e Lapa, respectivamente Rogério Kampa, Adhelmar Sicuro e Welson Montenegro.

Esses ilustres executivos da região, alertam para o perigo que ocasiona constante e diariamente, o abandono de uma rodovia incompleta pela falta de acostamento, onde não se pode sair da pista de rolamento, sob pena de sucumbir fatalmente.

Não há, Sr. Presidente, Srs. Deputados, emergência que não seja fatal, pois desníveis da pista para o acostamento, que inexistem, chegam a atingir mais de oitenta centímetros, em que qualquer veículo tombaria além de sofrer o impacto da velocidade.

Como disse um popular motorista da região, essa não é mais a Rodovia do Xisto, mas sim, a "rodovia da corda bamba".

Para os viajantes que demandam da Região Oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao adentrar em nosso Estado, no trecho entre São Mateus do Sul e a legendaria Lapa, oferecemos um cartão de visita pouco promissor. É comum vermos automóveis e caminhões quebrados, pois a estrada está simplesmente intransitável.

Esperamos ter justificado o pedido que consideramos de urgência, enquanto agradecemos aos nobres Pares pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É evidente, e os Srs. Deputados acompanham através da imprensa, que a população de Paranaguá sofre um drama dos maiores, das últimas décadas.

Sabemos perfeitamente que, inclusive esse problema tem causado preocupações a outros Deputados, e até o Sr. Presidente em exercício nesta Casa encaminhou ontem, um expediente à Secretaria de Saúde, a fim de que se constatasse, se detectasse a causa do vírus que está pondo em pânico a população da tridentária Cidade de Paranaguá.

Um índice alarmante de hepatite, quase 300 casos foram registrados, coisa nunca vista neste Estado nos últimos 100 anos, está fazendo com que grasse essa epidemia, que está colocando a população toda em pânico, naquela cidade.

O que nós queremos, o que nós exigimos das autoridades sanitárias do nosso Estado, bem como dos responsáveis pela saúde pública de Paranaguá, é que, se encontre a causa e que possa a população ficar mais tranqüila, porque ninguém sabe se é da água, e o consumo de água mineral em Paranaguá é assustador, ninguém mais encontra água nos supermercados, para comprar.

A "Gazeta do Povo" aborda esse problema hoje, não só ela como também "O Estado do Paraná", com bastante felicidade, esclarecendo inclusive à opinião pública, aos munícipes de Paranaguá, para que recorram às autoridades sanitárias.

O Departamento de Saúde Pública de Paranaguá não tem mais o que informar à população, apenas medidas paliativas estão sendo tomadas. Então, o que se exige nesta Casa nesta manhã de sexta-feira, é que se encontre, mas em caráter urgentíssimo, a solução para o problema que esteja grassando essa epidemia.

Estamos endereçando requerimento às autoridades da Secretaria de Saúde, bem como aos responsáveis pela saúde pública de Paranaguá, para que, nas próximas 48 horas, possa ser encontrada a causa daquele grande problema, sem o que, a população já sem paciência, já enraivecida, poderá gerar um conflito dos mais sérios em Paranaguá.

Fui alertado ontem à noite, através de mais de cinco telefonemas, que a população não aguenta mais este estado de coisas.

É necessário, portanto, que se encontre, urgentemente, uma justificativa capaz de colocar aquela população mais tranqüila.

Peço ao Sr. Presidente, neste momento, que encaminhe este expediente — se for aprovado — fazendo coro com o que Sua Excelência fez ontem nesta Casa, a fim de que possamos encontrar uma solução e a fim de que aquela população da tridentária cidade, não fique à mercê de casuísmos e de problemas que estão sendo enfrentados sem o necessário amor, sem que possa ser encontrada a causa de um problema dos mais sérios, que já ameaçou a cidade de Paranaguá.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acerca de 30 dias, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Agricultura, coletaram amostras de batatas no Município de Palmas, mandaram para análise no TECPAR, o TECPAR fez a análises e embargaram toda a produção de batatas de Palmas, com o intuito de preservar a saúde da população.

Após essa denúncia, nenhuma nota oficial foi feita por qualquer um desses órgãos.

Mas, a nossa maior surpresa, é quando a multinacional Union Carbide, produtora de venenos para agricultura, vem através do jornal "Gazeta do Povo" com uma nota de esclarecimento, informando primeiro que esse produto nunca teve problema e depois afirmando que, entre os resultados, consta a contaminação de um lote onde o produto não foi usado, numa clara intenção de desmoralizar os resultados anteriormente verificados.

Podemos dizer que, dos nove produtores de batatas de Palmas, apenas três tiveram amostras, mas todos tiveram seus lotes suspensos para efeito de impedir o problema nos outros lotes.

Agora, o que é mais grave, é que o final da nota dessa multinacional de veneno, que está na "Gazeta do Povo" do dia 16, encerra dizendo que "em face da importância da matéria temos certeza que os níveis corretos de resíduos serão apurados, de maneira a permitir que seja o assunto esclarecido".

Ou seja, a Union Carbide, multinacional do veneno, coloca em suspeita a análise do TECPAR. Não podemos acreditar que o TECPAR tenha errado dessa forma. Agora, se o TECPAR fez novas análises e se estas novas análises mostrarem erros ou mostrarem que as análises anteriores estavam incorretas, a sociedade paranaense não poderá aceitar simplesmente uma nota esclarecendo e dizendo que nas análises anteriores houve erro. Por que?

Porque a contaminação detectada pelo TECPAR acarretou a paralisação do comércio da batata-semente, acarretando prejuízos aos agricultores.

Das duas, uma. Ou a análise é correta e a responsabilidade é do agricultor que usou quantidades enormes de veneno e tem que acarretar, tem que ter este ônus para si, ou as informações são incorretas, e se assim o forem, isto é um ônus do TECPAR, e por consequência, é um ônus da Secretaria a que está submetido e é um ônus do Governo do Estado. E as responsabilidades têm que ser apuradas.

Portanto, Sr. Presidente, encaminho solicitação de pedido de informação à Secretaria da Saúde, à Secretaria da Agricultura e ao TECPAR, solicitando os esclarecimentos, solicitando os originais das análises, das amostras de batatas coletadas em Palmas, laudos de possíveis outras análises e possíveis justificativas, se os resultados forem diferentes.

Solicito ainda a informação sobre o posicionamento do TECPAR, sobre o posicionamento de suspeita que a Union Carbide do Brasil, uma multinacional do veneno, coloca nas análises feitas anteriormente.

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria, inicialmente, afirmar que ontem eu senti saudades da Câmara Municipal de Maringá, onde atuei como Vereador nos últimos seis anos. Dizer que senti saudades, porque lá, numa modesta Câmara Municipal, sempre se entendeu, e lá nos entendemos em termos de ética e dignidade parlamentar, lá na nossa modesta Câmara, os nossos Vereadores do então PDS, jamais fizeram ataques e condenações a pessoas ausentes do plenário.

Aliás, ética parlamentar e senso de dignidade em termos de debate, não se aprende através de Estatutos, mesmo porque a hombridade parlamentar é alguma coisa que se cultiva por fazer parte do próprio senso da decência humana.

Ficamos sabendo e agradecemos aos nossos companheiros que através de aparte, retrucaram as acusações do Deputado Erondy Silvério, contra a nossa pessoa, afirmando que nós, da tribuna, fizemos ataques virulentos contra Prefeitos do PDS, querendo colocar em situação desagradável a Bancada do PDS nesta Casa.

Quero dizer que não estive presente ontem nesta Casa, estava acompanhando oito Prefeitos de pequenas cidades da região de Maringá, exatamente porque eles estão sendo vítimas daqueles problemas cujo objeto procuramos levantar através de nossa CPI da falência municipalista, do empobrecimento dos pequenos municípios.

Exatamente porque Prefeitos que não estão recebendo até mesmo cotas do ICM, que foram empenhadas de uma forma irresponsável, procurações excessivas. Queremos dizer que, por esta razão, não pudemos sequer participar da reunião de ontem, porque entendemos que o estágio de desespero, o estágio da falência real em que eles encontraram os cofres públicos, clamava mais do que minha presença nesta Casa.

Meu muito obrigado aos Companheiros de bancada, por haverem apresentado as devidas observações aos ataques feitos pelo Deputado pedessista Erondy Silvério.

Queremos afirmar e estranhemos... ainda há pouco um nobre Deputado, juntamente com o Líder do PDS, e sua Bancada, aprovavam a constituição desta CPI. Estranhemos que agora possa haverem aprovado. Após haverem se manifestado em termos de uma proposição até mesmo de subscrição à CPI, afirmem depois de haverem lido o teor daquilo que estamos pedindo, que estamos fazendo acusações levianas aos Prefeitos do PDS de gestão anterior, que fizemos denúncias generalizadas, mas que não provamos nada.

Srs. Deputados, se apresentamos uma CPI é para levantarmos fatos, é para apresentar provas. O teor está muito bem claro através do documento redigido. Não estamos generalizando de forma alguma, não. Mais do que levar pessoas aos banco de réus, queremos levantar soluções para, de uma vez por todas, levantarmos bem alto a bandeira do municipalismo, cada vez mais decadente, mais esvaziado, mais empobrecido no Paraná.

Por esta razão, por haver desvirtuado, vejam bem ... porque é muito fácil um Deputado como Erondy Silvério, a quem respeitamos pela sua idade, pela sua presença nesta Casa, vir aqui na tribuna dizer que o Deputado ausente, Tadeu França, acusou genericamente todos os Prefeitos do PDS, tentou colocar em posição difícil a bancada e não haver a nossa presença para retrucar.

Aquilo que afirmamos está gravado, está em notas taqui-

gráficas, o que acreditamos está numa CPI redigida formalmente, e não aceitamos sofismas de forma alguma.

Se há muito tempo tivesse se usado a prática de mostrar ao povo os problemas do Brasil, não estaríamos hoje na situação humilhante de dependência do FMI.

Se quando Delfim Neto, no Governo Médici, tivesse sido denunciado com firmeza, quando tentava por exemplo, para facilitar a ação das multinacionais, provar que era mais barato importar margarina estrangeira do que fabricar manteiga no Brasil...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) (Faz soar os tímpanos)

Está encerrado o horário de Vossa Excelência, nobre Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Só para concluir, Sr. Presidente, trinta segundos... (assentimento).

... estaríamos hoje em situação diferente. Srs. Deputados, afirmo o que disse, lamento não estar presente. Pretendo, sempre que fizer referência a Deputados do PDS, certificar-me da presença deles, e estarei sempre à disposição, porque o debate sério, profundo, com provas, sadio, é que queremos construir. E não afirmativas falsas em torno das quais se divaga, principalmente na ausência, como foi a nossa ontem, nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos dando entrada em um requerimento, pedindo expediente ao Secretário dos Transportes, para melhoria da estrada denominada Rodovia do Xisto.

Esta rodovia, atende a todo o sul do Paraná, inclusive o Rio Grande do Sul, através da Transbrasiliana. No trecho de Araucária à Lapa, não há acostamento. Desde que foi feito o recapeamento, a diferença entre leito da estrada e a margem, existem muitos lugares até 20, 30 centímetros. E o perigo é iminente: acidentes inúmeros já aconteceram.

Inclusive juntamos a esta justificativa, uma fotocópia do Prefeito de Contenda, Sr. Adhemar Sicuro, que diz ter ocorrido só no trecho de Araucária a Contenda, em 1982, 40 acidentes, com quatro mortos e 21 feridos. E outro tanto, segundo nos informam os companheiros da Lapa, ocorreu no trecho de Contenda à Lapa.

Se faz urgente que se processe o nivelamento do leito com o acostamento. E lamentamos que o Governo anterior, ao fazer aquele leito, aquele recapeamento, tomou uma atitude irresponsável, que poderia ter evitado tão elevado número de acidentes, inclusive com mortes.

Confiemos no empenho e no trabalho do nosso Secretário de Transportes, que através do DER, construa o acostamento tão reivindicado, não só por aqueles que transitam diariamente, não só por aqueles que são vítimas desse desrespeito ao povo do sul do Paraná, mas também por aqueles que trafegam até o Rio Grande do Sul através da Transbrasiliana, que faz o seu seguimento pela estrada de São Mateus a União da Vitória e de União da Vitória até o sul.

Por outro lado, pedimos neste requerimento também, que seja feito o recapeamento da Rodovia do Xisto, no trecho da Lapa a São Mateus. Está completamente abandonado. Está difícil de dirigir durante o dia, o que se dirá durante à noite. Buracos, crateras, elevados, o asfalto cedendo.

Os companheiros Deputados que por ventura tenham transitado por esta rodovia, sabem do seu precaríssimo estado. Então, é por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que solicitamos através de requerimento, em que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Transportes, a fim de que se processe o

devido conserto e sobretudo, que estas obras de realizem o mais urgente possível, para que sejam evitados novos acidentes e novas mortes.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, vai usar a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Causou-me espécie a declaração do ilustre Deputado Tadeu França, ao atacar a nossa bancada, ao atacar um companheiro nosso, e seguindo o velho provérbio, que um erro não justifica outro, como ele pode atacar o Deputado Erondy Silvério, se ele também não está presente? Deveria o ilustre Deputado, moço eufórico que vem a esta Assembléia para denegrir, para falar mal dos nossos prefeitos do PDS.

Se empréstimo houve, Sr. Presidente, foram para dar lucro ao Banco do Estado.

Não devemos divagar, Sr. Presidente, dizendo das próprias palavras do Deputado Tadeu França. Se Erondy Silvério errou ontem, ele errou redondamente ao quadrado duas vezes hoje. Aguardasse a presença do ilustre Deputado Erondy Silvério que dá a sua vida pelo Paraná, que trabalha em benefício do Paraná e de sua gente. Se é uma tese esposada pelo Deputado da Bancada do PDS, há de ser respeitada, como nós respeitamos as minorias, queremos hoje ser respeitados como minoria, Deputado.

Queremos, Sr. Presidente, o respeito. O respeito que nós nunca agredimos Deputados que pleitearam o que é justo para o Paraná e sua gente.

O nosso líder, o ilustre Deputado Luiz Alberto, há de responder à altura este moço. Talvez com curso superior, talvez com a euforia de vir endireitar o Paraná. Talvez, não saiba que o tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o melhor conselheiro.

Não se atira pedra em árvore que não tem fruto. Em nome do Deputado Erondy Silvério, em nome da minha bancada, repudio a declaração deste moço que eu não conheço. Este moço que, com tiradas demagógicas, vem querer empolgar o Paraná.

Este moço que ao invés de semear a tranqüilidade e a paz nesta Assembléia, vem divagar, vem falar em verdades que eu assino hoje em nome do Deputado Erondy Silvério, que também fui desafiado pelo Líder da bancada majoritária e hoje deixo o meu cargo à disposição, se o Deputado Erondy Silvério estava mentindo e queria que o Deputado Tadeu França fizesse o mesmo. Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria, imprensa do meu Paraná, queria, meu povo, que este cotejo se fizesse.

É uma resposta ao meu amigo, Deputado Nilso Sguarezzi, se o Deputado Erondy Silvério faltou com a verdade, o meu mandato fica à disposição do Deputado Tadeu França. Queria que ele fizesse o mesmo para falarmos a verdade.

Isto aqui é uma tribuna da verdade, Sr. Presidente. É uma tribuna, não de demagogia, não dos homens que hoje estão no poder, que não respeitam as minorias, que atacavam, Sr. Presidente, uma bancada que está vigilante, uma bancada que quer o bem-estar do Paraná, uma bancada que quer o Governador José Richa fazendo um bom Governo.

Mas, desaforo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao companheiro ausente, não levamos para casa. O respeito que toda vida tivemos com a Bancada do PMDB, exigimos hoje, Sr. Presidente, que se faça para que o Deputado Tadeu França, ao atacar, ao denegrir um homem como o Deputado Erondy Silvério, o fala em sua presença.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Nobre Deputado Gabriel Manoel, a Mesa comunica que está encerrado o

tempo de Vossa Excelência.

Pode concluir, Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Só queria dizer ao Deputado Tadeu França, que conviva com seu povo, que lute por seu povo, mas não procure denegrir um homem como o Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e os fatos vão dizer isso daqui há um ano...

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Com muita honra, esta Presidência registra nesta Casa de Leis, a presença do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Antenor Ferrari, bem como do jornalista Érico Valduga.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com grande satisfação que ocupamos pela primeira vez, na Assembléia Legislativa do Estado, esta tribuna. E gostaríamos de dizer ao nobre Deputado Gabriel Manoel, quanto às suas acusações referentes ao Deputado Tadeu França, pedindo ao nobre Deputado que respeitasse a bancada do PDS. Mas é lamentável, nobre Deputado, quando Vossa Excelência vem a esta Casa desrespeitar o Poder Legislativo paranaense, tomando certas atitudes que vêm desmerecer o Poder Legislativo.

Vossa Excelência chegou a afirmar, neste Poder Legislativo, que esta Casa é uma porcaria, quando usava da tribuna.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, eu só queria que Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Qual é o artigo infringido, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — 153.

Sr. Presidente, em atacar um Deputado, é artigo que o senhor deve ver aí.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita que decline qual o artigo infringido pelo Deputado Manfrinato.

O SR. GABRIEL MANOEL — O artigo 153, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Não diz nada a respeito de 153...

Continua com a palavra o nobre Deputado Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Vossa Excelência chegou a dizer, em reuniões passadas, que este Poder Legislativo era uma porcaria, e todos os Srs. Deputados ouviram. Talvez para Vossa Excelência seja uma porcaria, porque Vossa Excelência não tem a maioria hoje aqui dentro deste Poder Legislativo, para desrespeitar o povo paranaense e desrespeitar mesmo o Poder Legislativo.

E essas atitudes que Vossa Excelência toma, deveriam ser com mais respeito e mais dignidade, porque exigimos do PMDB e da sua bancada, que haja respeito, porque aqui nós representamos o povo paranaense. E se aquilo no passado, que não chegou ao anseio do povo paranaense, hoje o PMDB, através de sua maioria, que nós haveremos de ali estar com o povo do Paraná, haveremos de trazer aqui o consenso, o respeito e a dignidade ao nosso Estado.

Vossa Excelência defendia também a pessoa do Deputado Erondy, quando os prefeitos estão sendo atacados pelo PMDB. Estamos atacando e trazendo ao povo paranaense, as realidades dos fatos das injustiças cometidas pelos ex-Prefeitos nos municípios paranaenses, principalmente Cianorte e outras regiões que têm representação parlamentar, do abuso, da injustiça, do desrespeito com o dinheiro da comunidade.

É isso, nobre Deputado, se Vossa Excelência exige respeito, tem também que oferecer respeito à Bancada do PMDB, para ter o nosso respeito.

Vossa Excelência, com toda sua experiência de Parlamentar, que já conhece muito bem a tramitação deste Poder Legislativo, teria que dar o exemplo aos novos Deputados que aqui chegaram, e não dar mal exemplo, agindo da forma que Vossa Excelência age neste Poder Legislativo. E nós estaremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a respeitar a Bancada do PDS, porque, para se ter confiança, é preciso que se ofereça confiança e Vossa Excelência não está oferecendo confiança à Bancada do PMDB, para ser respeitado.

Sr. Presidente . . .

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Deputado Gabriel Manoel, não é permitido aparte nem discurso paralelo.

A Mesa pede a gentileza que o Deputado se comporte, regimentalmente é um fato usado.

Está com a palavra o Deputado Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — São fatos lamentáveis...

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência se inscreva para Explicações Pessoais, e poderá rebater as críticas feitas pelo Deputado Dirceu Manfrinato, que continua com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — E quando Vossa Excelência demandava através da maioria neste Poder Legislativo, gozava das regalias, e hoje, nobre Deputado, Vossa Excelência está ouvindo a verdade, aquilo que o povo paranaense sempre procurou saber, as injustiças cometidas neste Estado. E nós estaremos aqui, usando desta tribuna, representando o povo paranaense para aqui, dizer as verdades e trazer a público as injustiças cometidas pelos homens do PDS às Prefeituras Municipais do Estado.

E Vossa Excelência nobre Deputado, tem conhecimento das injustiças, do quanto nós fomos vítimas.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Pela Ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Líder, Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, faço um apelo aos dois oradores, no sentido de que se atenham ao Regimento Interno.

Estamos verificando o Deputado Manfrinato, na tribuna, dirigindo-se especificamente ao Deputado Gabriel Manoel, e Sua Excelência tentando refutar as colocações do Deputado Manfrinato, num momento não propício que é o Pequeno Expediente.

Então, solicito a Vossa Excelência, na condição de Presidente desta Casa, que faça um apelo ao orador que se encontra na tribuna, que use os argumentos que julgar convenientes, mas que eles não sejam dirigidos especificamente a um Deputado que não pode apartear, de acordo com o Regimento Interno.

É este apelo que faço a Vossa Excelência, aos Deputados Gabriel Manoel e Manfrinato, em nome do Poder.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa acata e informa ao Deputado que ocupa a tribuna, que tem 30 segundos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Concluindo, gostaria de agradecer a intervenção do nobre Líder, mas dizer que esta atitude que tomamos, foi exatamente paralela ao que o Deputado Gabriel Manoel disse ao Deputado Tadeu França.

Vossa Excelência acusou diretamente o Deputado Tadeu França, e se nós o fizemos, foi para defender o nosso colega de Bancada.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Horário da Lide-

rança do PMDB, fará uso da palavra, por vinte minutos, o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, público aqui presente.

Faria hoje desta tribuna, para contestar algumas palavras proferidas em discurso, ontem, pelo Deputado Tércio Albuquerque, a respeito da PARANATUR. Palavras e colocações com as quais não concordamos, mas que, por uma questão de ética, de coerência, não abordarei este assunto hoje, e segunda-feira, certamente, farei uso desta tribuna para tratar do assunto. (Lê):

"Sinto-me honrado hoje em poder fazer uso, pela vez primeira, da tribuna, para pronunciamento, nesta Casa, gozando da prerrogativa que me foi concedida em 15 de novembro próximo passado, pelo povo paranaense através do voto direto e universal nas urnas.

Será esta tribuna, meu mais importante instrumento de trabalho, e aqui trarei, no decorrer dos quatro anos de mandato, problemas e questões locais, estaduais e nacionais, procurando mostrar, com fidelidade, a verdadeira face cristalina da nossa realidade, tanto econômica como social e política-institucional. Almejo dar continuidade à luta que desenvolvi durante os 6 anos de mandato de Vereador no Município de Foz do Iguaçu, no contato direto e constante, principalmente com as bases da nossa comunidade. Obviamente hoje, com uma área de atuação mais dilatada.

Não mudarei, em absoluto, o teor do meu discurso, minhas propostas e meus objetivos, data vênica a bancada pedista. Moralidade, austeridade, respeito ao povo e à coisa pública, foi o que preguei durante a campanha, e terei de continuar coerente comigo mesmo, e para com os que em meu nome confiaram. Procurarei sempre, expressar e representar os verdadeiros anseios e sentimentos da nossa gente, nos momentos felizes, de tristezas, e até mesmo nos momentos de dor e de lágrimas.

A conquista da autonomia e moralização do mandato parlamentar é uma das bandeiras que empunho com convicção, por entender que somente teremos um verdadeiro estado de direito, quando conquistarmos um Parlamento soberano, independente. Quando reconquistarmos as indeclináveis prerrogativas do Poder Legislativo, usurpadas pela ditadura militarista, implantada em 1964, superconcentrado poderes nas mãos do Poder Executivo, coisa típica de regimes de exceção, que só não fechou de vez por todas as Casas Legislativas, porque delas precisava para se legitimar perante o mundo.

Acabamos de dar mais um passo, no curso da nossa história. Em 15 de novembro de 1982, a Nação conquistou um importante espaço, para que pudéssemos continuar rumando vagarosamente ao nosso objetivo maior, o povo, numa demonstração inequívoca de lucidez e sabedoria, venceu através do voto, não só o Partido do regime, mas também os casuísmos, do voto vinculado, da Lei Falcão, etc., e as regras morais do jogo de cartas marcadas, forjadas para dar ao partido oficialista, a vitória.

Vencemos mais uma batalha, nesta guerra conquistamos mais uma trincheira, mas isto não é — em absoluto, motivo para triunfalismo.

Não devemos, em momento algum, olvidar que o caminho ainda a percorrer é longo e tortuoso. Que caminho onde estamos, pagamos um preço muito alto. Muitos companheiros perderam a liberdade, muitos perderam seus mandatos e foram cassados em seus direitos políticos, outros foram exilados, ficaram longos anos distantes da família e pátria, muitos foram torturados e trazem ainda hoje consigo, as marcas das feridas cometidas nos porões da ditadura, e muitos Sr. Presidente, Senhores Deputados, pagaram com a própria vida, pela relativa liberdade, que hoje desfrutamos.

Temos obrigação de respeitar o sacrifício daqueles que

deram de si o que tinham de mais sagrado, para que hoje respirássemos o ar um pouco menos pesado, e para que pudéssemos levantar nossa voz bem alto e clamar justiça.

A luta prossegue e o Brasil espera muito de nós. Em muitos Estados ganhamos as eleições e o governo; a nível nacional, fizemos milhões de votos a mais do que o partido do amém, mas isto não significa que conquistamos o poder, a autonomia.

A opressora concentração da arrecadação dos tributos nas mãos do Poder Central, fez com que os municípios e os Estados ficassem atrelados economicamente e muitas vezes até politicamente ao sistema. O princípio federativo encontra-se esclerosado e vilipendiado, as unidades da Federação são retratadas como meros mendigos, a solicitar migalhas, do muito que arrecadam, perante o Governo Federal. Obtivemos uma vitória de pirro, ganhamos mas não levamos, chegamos aos governos municipais e estaduais mas não conquistamos o poder.

Nas últimas eleições, o povo da região do extremo-oeste do Paraná, outorgou-me o mandato, que hoje desempenho com muito orgulho nesta Casa. Represento, além da população de Foz do Iguaçu e municípios próximos, uma grande parcela da gente paranaense. Sou jovem, e como tal, represento somado a alguns colegas da Casa, mais de cinquenta por cento da nossa população. Retrato aqui a juventude que ultrapassa aos 400.000 de pessoas no Paraná. Uma geração inteira que nasceu, cresceu e ainda vive sob o tacho das pressões e perseguições do autoritarismo. Uma geração que não opinou, não participou; castrada e alienada politicamente.

Sou mais um desta juventude que teve sobre sua cabeça a ameaça da aplicação de legislações espúrias, como o Decreto 477, o Decreto 228, o Ato Institucional n.º 5, do qual se valeu o General Ernesto Geisel, para cometer atos de triste memória, como o do vexatório fechamento do Congresso Nacional, em abril de 1977, para, entre outras arbitrariedades, criar o Senador Biônico.

Somos uma geração desalentada e sem esperanças. Que não consegue ver no horizonte perspectivas de um futuro digno. Que está alijada dos bancos escolares, que não tem trabalho. E que, em muitos casos, levados pelo desânimo, para desespero, se perde no submundo da droga, se marginaliza, se corrompe, se prostitui. Esta é uma triste realidade.

Vivemos num País de profundas crises. CRISE ECONÔMICA, com maxidesvalorização, de 30% do cruzeiro, com inflação de 110% ao ano, com dívida externa de 100 bilhões de dólares, com a entrega das rédeas da nossa soberania ao alienígena FMI. CRISE SOCIAL, com desempregos, favelas, "bóias-frias", marginalização, criminalidade, tudo a índices insuportáveis. CRISE POLÍTICO-INSTITUCIONAL, com presidente militares nomeados, com prefeitos interventores, com regras eleitorais casuísticas, com Parlamento sem autonomia, com uma espúria Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo escuso decurso de prazo que serve de instrumento para o regime expulsar e prender padres, LSN, que serve para satisfazer caprichos de oficiais militares, e Prefeitos nomeados, mandando para o fundo da cadeia pessoas como o professor e jornalista Juvêncio Mazarolo, que, como disse Teotônio Vilela, não roubou galinha, mas que cumpriu, com o dever cívico, de denunciar quem as roubou.

Vivemos, sobretudo, uma vergonhosa crise moral. São os escândalos que pipocam diariamente na grande imprensa, nacional e internacional.

Assistimos, estupefatos, os gigantescos esforços diplomáticos do governo brasileiro, para resgatar ao nosso território, o ladrão internacional Ronald Biggs, enquanto aqui, irmãos nossos, apodrecem nos cárceres nacionais.

Vimos incrédulos, as bombas do Riocentro, da OAB, das bancas de jornais, que explodiram na alma da Nação brasileira, sem que, sequer um, dos autores dos atentados sentasse no ban-

co dos réus.

Presenciamos, agora, negociatas e escândalos como o da mandioca, da CAPEMI, do Grupo Delfin, do caso Von Baumgarten, onde milhões de cruzeiros do dinheiro público são roubados e desviados, para favorecimento e locupletação de meia dúzia de lesa-pátrias, sem que providências e prestação de contas sejam dadas ao povo.

A sociedade brasileira repudia os desmandos e erros do regime de 1964. E não se sente responsável pelo curso que o País seguiu. Não se sente responsável, porque não foi consultada em momento algum, pelas decisões errôneas e arbitrárias que foram tomadas ao longo dos últimos anos. Mas a Nação desperta e busca uma solução para a saída do caos. E a única saída é a solução política. Porque está provado que a crise generalizada é decorrência, é resultante da crise política. E nessa tarefa nós temos um papel preponderante a desempenhar. Temos que assumir e honrar o compromisso fundamental do nosso PMDB, que é instaurar neste País uma verdadeira democracia. Não como tática provisória mas como princípio primordial e inarredável.

Temos que conscientizar e organizar a nossa sociedade. Todos serão convocados a participar: o trabalhador, o estudante, o funcionário, o empresário, a dona de casa, o intelectual, o homem do campo e da cidade para um grande debate nacional, no qual através de profundos estudos — a verdade deve ser dita. Devemos nos engajar nesta luta com o objetivo de salvar o País da inércia, do pauperismo, do analfabetismo, da dependência externa, pois só assim venceremos o desafio que se nos apresenta. O grande tema será a democracia. Democracia é o nome político da paz, e a Assembléia Nacional Constituinte é a solução global, e não causuística, imposta pela lógica política, pela coerência, pela integração de idéias e dos interesses de todos, na Nação."

O Sr. Nilso Squarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência disse bem, nobre Deputado Sérgio Spada, quando a sociedade civil não se sente responsável pelos desmandos dos últimos 18 anos. E disse o melhor, quando na condição de representante desta juventude que foi castrada pela fase do autoritarismo, que é necessário participar e participar para se encontrar uma saída política.

Tenho para mim que o jovem sempre está na frente do seu tempo e Vossa Excelência, tendo assento nesta Casa, é a segurança de que aqui virão novas idéias e novo posicionamento, para que haja um redirecionamento da política que deverá salvar ou encontrar a saída brasileira.

Receba pois, da Liderança de nosso partido, o cumprimento caloroso, não só pela luta no Oeste do Paraná, majestosa, que Vossa Excelência desenvolveu, como Vereador, e se afirmou com sabedoria política, durante o processo eleitoral, para legitimamente conquistar esta tribuna. Ao assumir hoje esta tribuna, Vossa Excelência deixa seus Pares de bancada muito honrados, por tê-lo ao nosso lado. Sabemos de que será tão valiosa a participação de Vossa Excelência, porque ela vem baseada exatamente neste espírito de inconformismo que atinge a nossa juventude e que, de uma maneira ou outra, envolve a sociedade civil. Vossa Excelência fala de um tempo novo, que é o tempo novo que a juventude quer. Receba pois os nossos cumprimentos pela participação de Vossa Excelência. Tenha certeza de que o trabalho que Vossa Excelência pode fazer, não só em defesa de nosso partido, mas principalmente na legítima e autêntica representação de parcela da população paranaense, será creditada a grande recuperação política que o Paraná terá de ter e, como consequência, ajudarmos o Brasil a sairmos desta crise.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte do nosso líder, que presta o apoio a este humilde Deputado, através da

Bancada.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Sérgio Spada, realmente é uma satisfação para nós sabermos que a juventude assume a tribuna numa Casa Legislativa, como eu há quatro anos passados aqui assumi, com idealismo, com vontade de realmente mudar, de estabelecer uma nova época para o nosso povo, para o nosso País. Fazer com que este País seja verdadeiramente do povo brasileiro, de fazer com que as leis sejam respeitadas, de fazer com que tenhamos aquilo que sempre pretendemos ter, que é a liberdade. Liberdade cantada em prosa e verso pelos homens que tomaram o Poder, a partir de 64. E ao contrário de dar a liberdade, nos entregaram ao FMI, entregaram grande parte do Território nacional a grupos multinacionais.

É por isto que queremos, nesta oportunidade, dizer que juntos haveremos de lutar para que este País, para que este Paraná, pertença aos paranaenses e aos brasileiros. Quero desejar a Vossa Excelência um profícuo mandato. Tenho certeza que fara, desta tribuna, o porta-voz não só do povo Oeste do Paraná, que Vossa Excelência representa nesta Casa, mas do povo de todo o Paraná.

Parabéns e continue na luta.

O SR. SÉRGIO SPADA — Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Sérgio Spada, é uma satisfação muito grande apartear-lo, no momento em que Vossa Excelência vai à tribuna fazer seu primeiro pronunciamento. Sabemos que o nobre Deputado vem a esta Casa imbuído das melhores intenções. Sabemos que Vossa Excelência faz parte de uma nova geração de políticos, que estão despidos dos vícios daqueles que, em outras ocasiões, não fizeram deste Parlamento aquilo que precisaria ser feito. Que sempre ficasse de pé. Que sempre trouxesse a esta Casa, perante os outros Poderes, a sua independência como Poder.

Vossa Excelência nesta manhã de sexta-feira, com este pronunciamento, vem engalantar esta Casa. Tenha certeza que nós, da Bancada do PMDB, estaremos sempre juntos, unidos e coesos, para que os nossos compromissos venham realmente a se constituir nos grandes debates dos grandes assuntos, dos grandes temas do nosso Estado do Paraná.

O SR. SÉRGIO SPADA — Muito obrigado

O Sr. Paulo Cesar Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de dizer que Vossa Excelência representa, — e serei bem breve, o pensamento daqueles Deputados que estão adentrando pela primeira vez a esta Casa. E a harmonia que existe, de pensamento, entre nós da Bancada do PMDB, vai representar nesta Casa, a independência e a dignidade do Parlamento e a independência dos posicionamentos e o fiel cumprimento a um programa partidário que nós, nesta Casa, todos nós, juntos faremos valer.

O SR. SÉRGIO SPADA — Muito obrigado pelo aparte, nobre e jovem Deputado Furiatti.

Mas eu falava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que só há uma saída para o Brasil: é a saída política. Só através da convocação de toda a Nação, para discussão dos problemas nacionais.

Mas o grande tema a ser colocado nesta discussão será justamente a democracia. Democracia um nome político da paz; e a Assembléia Nacional Constituinte é a solução global; não casuística, imposta pela lógica política. É imposta pela lógica política, pela coerência, pela integração de idéias, e interesses de todos, no objetivo maior que é o bem-estar da nossa Nação.

Muito obrigado. — (Palmas) — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado

Nilso Sguarezi, por dez minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero registrar em nome da liderança da nossa bancada, o que não pudemos fazer ontem, a presença do Deputado Paulo Furiatti.

Receba, nobre Deputado, a saudação efetiva de todos os seus companheiros, e a certeza que temos, de que a presença de Vossa Excelência servirá para abrilhantar ainda mais a presença dos homens do PMDB nesta Casa. E tenha Vossa Excelência, o agradecimento não só da liderança, mas disponha, em todos os momentos e em todas as horas, da colaboração efetiva e do companheirismo que de maneira tão concreta e de maneira tão sensível se apercebe na nossa bancada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, a imprensa, através de um dos seus mais representativos matutinos, "O Estado do Paraná", em manchete de primeira página, afirmou a indicação do ex-Deputado Léo de Almeida Neves, ex-Secretário Geral, do saudoso PTB; Deputado Federal mais votado do MDB, em 1966; Secretário e Presidente do PMDB de Curitiba; e Deputado que teve expressiva votação nesta legislatura; teria sido indicação do Ministro Delfin Neto, para a Presidência do Banco do Estado.

Tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última semana, ao darmos "quorum" com a nossa maioria, para que transcrevêssemos aqui, nos Anais desta Casa, um editorial do mesmo jornal, "O Estado do Paraná", porque somos intransigentes defensores da liberdade de imprensa. Mas, já naquela oportunidade, nos reservávamos o direito legítimo, de discordar da interpretação da notícia e mesmo da improcedência da notícia.

Voltamos hoje, Sr. Presidente, a contestar esta afirmação de que a indicação do companheiro Léo de Almeida Neves, ex-Diretor Geral da CREA do Banco do Brasil, para a Região Sul, antes, 1964, Diretor hoje, talvez da mais importante companhia de capital privado do Estado do Paraná, tenha sido por conselho, por indicação, ou por interferência do atual Ministro do Planejamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como reiteradas vezes têm-se manifestado, ou têm-se manifestados representantes da bancada do próprio PDS nesta Casa, ao tecerem críticas veementes, seguras, contra o Senhor Delfim Neto, seria uma grande ironia para este Paraná, vítima constantemente da política desastrosa que este homem desenvolve no Ministério do Planejamento, que o nosso Governador, que vem legitimado pelo povo deste Estado, que de maneira espontânea e livre o indicou para a Chefia do Executivo paranaense, nós tivéssemos na condução do nosso Banco do Estado do Paraná — o terceiro em significado dos bancos oficiais do Brasil — tivéssemos que colocar na presidência desta instituição financeira, um homem cuja indicação procedesse daquele que é o mais desautorizado no Brasil para aconselhar qualquer autoridade da Oposição. Que é um homem hoje, como poderíamos dizer, parafraseando o preclário Senador da República, Paulo Brossard, que afirmou num determinado momento no Senado, que o Ministro da Agricultura de então, era o mais confiável dos ministros, porque tudo o que ele dissesse se deveria acreditar o contrário. Esta frase hoje é rigorosamente verdadeira para Delfim Neto.

É em absoluto e falamos em nome da liderança do Governo nesta Casa, teve a indicação do companheiro Léo de Almeida Neves, qualquer interferência do Sr. Delfim Neto.

A notícia diz de que um parlamentar do PMDB de Londrina, Deputado Federal de Londrina, teria dado esta versão.

É importante para a opinião pública do Estado do Paraná que seja revelado, inclusive, a identidade de qual parlamentar do PMDB que deu esta versão, porque, a nós, representantes legítimos do povo do Paraná, não para fazer qualquer policiamento ideológico, mas, para nós Deputados Estaduais desta bancada,



sabermos qual Deputado do PMDB que tem estreitas vinculações com o Ministro Delfim Neto, ao ponto de, fazendo o tráfico de influência com o Ministro da Fazenda, conseguir a indicação do Presidente do Banco do Estado do Paraná. Como sabemos de que a notícia não é verdadeira, a contestamos plenamente, mesmo porque, Léo de Almeida Neves é um dos homens mais qualificados, não só pelo seu passado de homem público, mas pela sua qualificação pessoal, pelos seus conhecimentos no setor bancário, porque se chegou a ser Diretor do Crédito Rural Industrial do Banco do Brasil, para toda a região sul, se fez com competência num setor maior, está plenamente qualificado para fazê-lo num setor menor, que é o Banco do Estado do Paraná.

Concordamos plenamente que o jornal dê a sua interpretação, mas que, por favor, quando citar o nome ou disser de que notícia foi dada por um homem do PMDB ou identifique, para que não sejam todos os nossos Deputados Federais, até às vezes olhados com reserva, porque precisamos saber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual dos nossos Deputados, e não acredito que haja nenhum, esteja exercendo o tráfico de influência, via Ministro Delfim Neto, porque se isto ocorrer, aí teremos uma verdadeira traição ao povo deste Estado, que votou e votou até como protesto, contra a política nefasta, vergonhosa, e totalmente traiçoeira, aos interesses nacionais, que vem sendo desenvolvida pelo atual Ministro do Planejamento.

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de maneira clara, inequívoca, contraditada esta informação, porque o Governador José Richa, como bem o dissemos desta tribuna, quando discutíamos o projeto do eminente Deputado Aírton Cordeiro, que pretendia na Diretoria do Banco do Estado, ser assumida por determinado número de funcionários do Banco, dizíamos que era do conhecimento de que a indicação de qualquer membro da Diretoria do Conselho do Banco, ... (É interrompido).

Peço 30 segundos para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pois não Deputado, a Mesa concede.

O SR. NILSO SQUAREZI — Dizíamos e é do conhecimento do nosso Governador, que os nomes devem ter determinados requisitos e condições para serem aprovados pelo Banco Central, mas, o nome de Léo de Almeida Neves, não precisa da interferência de quem quer que seja, para ser aprovado, por ser um nome honrado, digno e respeitável.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com satisfação, a Mesa registra a presença do Sr. Antônio Cabreira de Sá, Prefeito de São Tomé, bem como do Sr. Waldemar Alegrete, do PMDB de Maringá.

A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, solicitei aparte ao eminente Líder do Governo nesta Casa, e Sua Excelência, provavelmente por falta de tempo, não teve a oportunidade de conceder, para dialogar com Sua Excelência a respeito da notícia publicada no prestigioso jornal "O Estado do Paraná", com relação à indicação do futuro Presidente do Conglomerado do Banco do Estado do Paraná.

Nós sabemos que a indicação dos nomes do Governo José Richa, na área financeira do Estado do Paraná, realmente, está tumultuada.

Ora é José Carlos Campos Hidalgo, ex-Presidente do BANESTADO, Processamento de Dados. Segundo o nosso entendimento, um leal servidor dos Governos anteriores, e segundo o entendimento do Governador José Richa, um leal companheiro político seu.

Quero confessar a esta Casa, que passo a considerar o futuro

Vice-Presidente do Banco do Estado do Paraná, como um dos homens mais hábeis, politicamente, nos últimos 20 anos deste Estado, porque ele consegue, ao mesmo tempo, demonstrar confiabilidade aos homens do PDS e demonstrar lealdade partidária ao Sr. José Richa.

Após a sua renúncia à indicação, foi indicado o nome do ex-Deputado Federal Léo de Almeida Neves. E o jornal "O Estado do Paraná", atribuindo a notícia a um Deputado Federal do Partido governista, fez referência a uma ligação do Dr. Léo de Almeida Neves com o Ministro Delfim Neto, ligação esta que o Paraná conhece, ligação esta que é testemunhada pelos interesses empregatícios que o Dr. Léo de Almeida Neves tem com um poderoso grupo financeiro neste Estado, a Companhia Cacique de Café Solúvel.

Isto é verdade, o Paraná conhece e pede, Sua Excelência, o Deputado Nilso Squarezi, nesta manhã, desmentindo o jornal, pede que o jornal indique a fonte da informação.

Mas, o Deputado Nilso Squarezi, culto e brilhante como é, deve conhecer, por exemplo, uma conferência feita num fórum de debates da liberdade de imprensa em Washington, onde um patrimônio do jornalismo nacional, Diretor do Jornal "O Estado de São Paulo", Júlio de Mesquita Filho, afirma que um dos pressupostos da liberdade da imprensa é exatamente o sigilo nas fontes de informação.

Portanto, discordo de Sua Excelência quando fez a análise governista da matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná".

E quero, e podia até solicitar aos eminentes Deputados do PMDB que agissem com relação a determinadas colocações acusatórias e até infamantes que fazem nesta Casa, com relação, por exemplo, a ex-Prefeitos; que nominem as pessoas, já que Sua Excelência quer dirigir a imprensa do Paraná, dizendo como ela deve noticiar o fato, Sua Excelência que faça um apelo aos seus eminentes colegas de bancada para que também, quando façam acusações a Prefeitos Municipais, também nominem Prefeitos Municipais, até porque eu aqui vejo dois eminentes homens que foram Prefeitos Municipais e que honram esta Casa com as suas presenças, o Deputado Toguio Setogutte, que teve que renunciar o mandato de Deputado Estadual, para, numa situação catastrófica, ocupar a Prefeitura Municipal de Umuarama, que era dirigida pelo pai de um Deputado do PMDB; e vejo também aqui, um ex-companheiro de partido, o Deputado Hermas Brandão, ex-Prefeito de Andirá, eminente homem público, e creio que, quando as acusações tornam-se generalizadas, elas são infamantes, a todos os ex-Prefeitos Municipais do Paraná, e, nisto, não faço nenhuma distinção entre Prefeitos do PMDB ou do PDS. Peço, se Vossas Excelências criticam o jornal por noticiar de uma forma generalizada, e aí sim corretamente porque o sigilo da informação jornalística é um dos pressupostos da liberdade de imprensa, — já dizia Júlio de Mesquita Neto — se decline o nome.

Eu gostaria de discordar das colocações feitas pelo nobre Deputado Tadeu França.

Talvez, Sua Excelência não haja tido oportunidade — não sei se teve — de ler as notas taquigráficas desta Casa, da sessão de ontem.

O Sr. Tadeu França — Estão nas minhas mãos, Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência as leu?

O Sr. Deputado Tadeu França — Li.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — O Deputado Erondy Silvério fez um discurso, ontem, elegante, dando o posicionamento seu, pessoal, e da Bancada do PDS, com relação à CPI proposta por Vossa Excelência, com o apoio e adesão deste partido.

Disse o Deputado Erondy Silvério:

"O Deputado Tadeu França é uma das mais gratas surpresas que o PMDB manda a esta Casa, nesta renovação, nesta revolução feita pelo voto, aqui no Paraná; vem, a esta Casa, um Deputado realmente culto, um Deputado que realmente conhece os



problemas da coletividade paranaense o que para mim constitui-se realmente numa grata surpresa, mas nem por isto, quero concordar com o que ele disse nesta Casa, recentemente."

Ora! O Deputado Erondy Silvério, a linguagem do Deputado Erondy Silvério foi a mais ética, a mais regimental, a mais parlamentar possível, o que o Deputado Erondy Silvério fez, após tecer uma referência bondosa à atuação de Vossa Excelência, foi dizer que, ele não concorda com todas as colocações de Vossa Excelência, apesar de concordar com os pressupostos, pois, ele mesmo declara que vota favoravelmente; ele diz que, não pode concordar, com a forma com que Vossa Excelência pretende conduzir os pressupostos dessa Comissão. Disse, em outras palavras, que, ele concorda com o direito que Vossa Excelência tem, de dizê-los, que defende esse direito, mas, aparteado pelo Deputado Caíto Quintana, Sua Excelência o Deputado Erondy Silvério esclarece porque fez o discurso, na sua ausência.

Diz o Deputado Erondy Silvério:

"Eu só gostaria de interromper Vossa Excelência (referindo-se ao Deputado Caíto Quintana) por um instante, para dizer que, não é falta de ética de minha parte fazer este pronunciamento, porque eu já disse o que penso do Deputado Tadeu França, como homem culto, como patriota, como homem que realmente quer desempenhar bem, o seu mandato; acontece que, nós temos, regimentalmente, uma fila de inscrição; lamentavelmente, na minha vez de falar o Deputado Tadeu não está presente".

Era essa a justificativa que eu queria fazer ao aparte de Sua Excelência, o Deputado Caíto Quintana".

E eu mesmo tive oportunidade de apartear o Deputado Erondy Silvério. Se Vossa Excelência estiver com as cópias das notas taquigráficas vai verificar que é exatamente isto o que digo, em outras palavras. Tanto para registrar a satisfação desta Liderança pela posição favorável de Sua Excelência, tanto quanto do eminente Deputado Odeni Mongruel, a uma CPI que realmente seja um estudo sério "mais do que transformar esta Casa em um Tribunal de julgamento de honra alheia, seja um forum de debates para se encontrar o caminho da redenção do municipalismo brasileiro".

Feitas essas considerações, digo agora ao Deputado Tadeu França. Vossa Excelência não conhece o trabalho do Deputado Erondy Silvério ao longo de diversas legislaturas nesta Casa. Realmente, ele é um homem honrado, de palavra, digno, que tem honrado este Parlamento com a sua atuação, com os seus discursos, como seu trabalho, e portanto não aceito, em nome da Bancada do PDS, as colocações que Vossa Excelência fez apressada e atabalhoadamente da tribuna desta Casa.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência me concede um aparte?  
O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Senhor Deputado, concedo o aparte com muito prazer.

O Sr. Tadeu França — Senhor Deputado, nas notas taquigráficas existem algumas observações que têm que ser consideradas.

Primeiramente quanto à minha posição, se não ficou bem clara, que fique bem clara e comprovada a posição. Não fiz qualquer outra coisa a não ser lamentar o fato, de ataques e eu vou demonstrar já, pelas notas taquigráficas, serem feitas na minha ausência. Segundo, com relação a ...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência considerou a colocação do Deputado Erondy Silvério na sua ausência, como falta de ética, quando na verdade isso não ocorreu, porque Vossa Excelência sabe que existe uma fila de inscrição nesta Casa e se o Deputado Erondy Silvério perdesse a oportunidade de falar nesse dia, ele provavelmente só poderia falar daqui a 15 ou 20 dias, quando o assunto já teria perdido a sua oportunidade.

O Sr. Tadeu França — Permite-me o prosseguimento, Excelência.  
O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Como não.

O Sr. Tadeu França — A resposta ao Deputado Erondy Silvério, pretendo fazê-la quando ele estiver presente nesta Casa. So-

bre os assuntos levantados por exemplo, propriedade ou impropriedade desta Casa com relação aos objetivos da CPI, o sofisma que ele apresenta: ausência de recursos no município versus mau uso de recursos favorecidos pelo Estado na gestão anterior; a competência dos municípios para gerir os próprios destinos, a questão do ICM empenhado.

Vossa Excelência fala que nós não apresentamos nomes. A CPI está aí para tanto. Aliás, a própria imprensa já apresentou nomes de prefeitos envolvidos em corrupção como o caso de Mandaguari, Alexandre Elias Nacif, Dr. Camarto e tantos outros casos. A CPI quer realizar um trabalho sério para o qual nós precisamos a colaboração de todos. Gostaria de esclarecer de que, no final, as palavras do Sr. Deputado Erondy Silvério não são exemplo de elegância. Ele afirma que da minha parte empreguei — pode conferir pelas notas taquigráficas — "ataque virulento a praticamente todos os Prefeitos do PDS". "Generalizou-se a acusação e ainda sutilmente procurou-se envolver a bancada do nosso Partido". Senhor Deputado, essas afirmações não são de minha autoria. Afirmei no meu pronunciamento que respeito o Deputado Erondy Silvério, pela sua idade, pela sua experiência e pelo seu trabalho nesta Casa. Se assim não fui entendido, faço questão de confirmar esta minha posição. Quanto às propostas que ele fez, não as retruquei, apenas fiz considerações gerais sobre o que entendo por ética parlamentar, sem referir-me diretamente ao Deputado Erondy Silvério; e porque assim entendo as teses por ele levantadas, ou não aceitas. Pretendo respondê-las em pronunciamento, quando ele estiver aqui. Se houve mal-entendido, reafirmo, fiz questão de destacar, o meu respeito pelo Deputado e quando presente, haveremos de apresentar e dissertar sobre cada um dos itens àquelas afirmativas que foram feitas e que não podemos aceitar.

Não aceito as acusações do Deputado Erondy Silvério. Haverá de retrucar na presença dele, nesta Casa, de que empreguei um ataque virulento e que envolvi todos os Prefeitos do PDS e muito ainda, que hostilizei a Bancada do PDS nesta Casa. Era o que tinha a afirmar.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e Vossa Excelência há de perceber que num diálogo alto é possível até concordarmos a respeito de determinados assuntos. Respeito profundamente o direito que Vossa Excelência dizer o que pretende. Para isto Vossa Excelência recebeu a sagração da urna popular. Vossa Excelência tem um estilo de falar, tem uma maneira de redigir seus pronunciamentos, tem uma forma de se expressar que, provavelmente, não é a mesma do Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência pode ter um entendimento a respeito de uma colocação que o Deputado Erondy Silvério faz nesta Casa, diferente do meu entendimento. Como a ele, Deputado Erondy Silvério, é dado o mesmo direito. Por isto esta Casa é a essência da democracia. Por isto o Parlamento vive, através dos séculos, como o pulmão da liberdade democrática de todos os tempos.

Congratulo-me com o posicionamento de Vossa Excelência. Acho que Vossa Excelência e o Deputado Erondy Silvério vão discordar a respeito do encaminhamento da CPI. Este é o procedimento democrático, tanto de Vossa Excelência, quanto do Deputado Erondy Silvério e o seu aparte engrandece sua presença nesta Casa.

O Sr. Rubens Bueno — Permite-me um aparte? — (Assentimento)

Deputado, sobre o assunto ainda com relação à publicação do "Jornal de Curitiba", de que Léo de Almeida Neves estaria sendo indicado ao BANESTADO...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Não é "Jornal de Curitiba", nobre Deputado me permite...

O Sr. Rubens Bueno — E é de onde este jornal Excelência, é de Florianópolis?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência conhece, Deputado.

O Sr. Rubens Bueno — É de São Paulo?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência se refere à “Folha de Curitiba”? Porque existe um jornal em Curitiba chamado “Folha de Curitiba”.

O Sr. Rubens Bueno — Mas Vossa Excelência está aqui o jornal, Vossa Excelência está vendo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência pode declinar o nome do jornal?

O Sr. Rubens Bueno — Pois não. “O Estado do Paraná” de 17 de março, de ontem. Nesta matéria, nobre Deputado, diz o seguinte em certo trecho: “a revelação do fato foi feita ontem em Londrina por um Deputado Federal peemedebista”.

Veja Vossa Excelência que são 20 Deputados do PMDB do Paraná em Brasília. Se foi feita a revelação por um Deputado, calcule a situação em que hoje estão os outros 19 Deputados. Nós achamos que a fonte de informação deve ser preservada, mas não num caso como este, quando é induzido um nome de um parlamentar...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência é um nobre jornalista e Vossa Excelência conhece bem estes princípios.

O Sr. Rubens Bueno — E não concordamos com a atual Lei de Imprensa e nem com a Lei de Segurança Nacional que o partido de Vossa Excelência dá sustentação para que ela ainda esteja em vigência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Não concordo também, nobre Deputado.

O Sr. Rubens Bueno — Deputado, deixa eu continuar...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Rubens Bueno — E esta indução com que se joga um Deputado Federal numa bancada de 20, perante a opinião pública, não fica bem. Por isto é que se cobra o nome deste Deputado, para que todos fiquem sabendo qual a fonte que deu esta informação. Delfim Neto, Deputado Luiz Alberto, acho que nem para a Bancada do PDS mereceria um conselho deste tamanho, calcule para a Bancada do PMDB.

Vossa Excelência ainda diz, com relação a Léo de Almeida Neves, que ele é funcionário da Cacique de Londrina, é uma verdade, Deputado Luiz Alberto. Só que Vossa Excelência omite que Léo de Almeida Neves foi cassado pelo regime que o Partido de Vossa Excelência sustenta; perseguido; teve no seu mandato cassado a violência do arbítrio desses últimos anos.

Eu gostaria de fazer este reparo, porque o ex-Deputado Léo de Almeida Neves foi cassado exatamente numa caminhada de uma campanha política ao Governo do Estado do Paraná; e é um homem que merece o respeito, não só da Bancada do PMDB, como dos paranaenses de um modo geral.

Éra este o reparo que eu queria fazer com relação ao ex-Deputado Léo de Almeida Neves.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência não ouviu, deste Parlamentar, qualquer comentário desairoso a respeito do Deputado Léo de Almeida Neves...

O Sr. Rubens Bueno — Mas omitiu Vossa Excelência a cassação do mandato.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Omiti, porque julgava que nós estávamos falando sobre a indicação de Sua Excelência para o cargo de Presidente do Banco do Estado. Nós não estávamos fazendo nenhuma análise a respeito do passado político do nobre Deputado Léo de Almeida Neves, com quem até mantenho relações muito cordiais e que admiro o seu posicionamento político. Admiro tanto, que há nele e na minha família, um exemplo de cassação, se Vossa Excelência não sabe.

Meu velho avô que foi Deputado nesta Casa, sofreu também as agruras do exílio; tenho, portanto, profundo respeito por aqueles que foram marcados por atos de violência, contra qualquer atitude política. Mas Vossa Excelência vai me permitir responder a Vossa Excelência...

O Sr. Rubens Bueno — Eu quero só lembrá-lo de que na cassação também do ex-Deputado Alencar Furtado, foi um parla-

mentar da sua bancada, do Paraná, quem defendeu a cassação dele em Brasília, na Câmara Federal.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — ... E Vossa Excelência vai ouvir também a resposta. Ainda ontem tive o prazer de conversar com o eminente Deputado Alencar Furtado, na sala do Diretor Geral desta Casa.

O Sr. Osvaldo de Alencar Furtado — V.Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — De acordo com o artigo 78, o Deputado que está na tribuna pode conceder o aparte, desde que assim entenda necessário. Solicitaria que a Bancada do PMDB se mantivesse observando o pronunciamento do Deputado que ocupa a tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o cuidado de Vossa Excelência com o Regimento Interno desta Casa.

Gostaria até de responder a Vossa Excelência, com relação ao Deputado Alencar Furtado. Ainda ontem, como dizia, tive oportunidade de conversar com Sua Excelência no Gabinete do Diretor desta Casa, nos encontramos casualmente e combinamos que iríamos à Bancada do PDS trazer o Deputado Alencar Furtado, para uma reunião com a Bancada do PDS a respeito de uma campanha que Sua Excelência pretende lançar, pelo Brasil afora, da prevalência do interesse nacional, sobre o interesse alienígena no Brasil.

E nós iremos trazer Alencar Furtado aqui, porque entendemos que há alguns temas, inclusive este, de desnacionalização da economia — e esta é minha posição pessoal; eu não respondo, eminente Deputado, pelas colocações que fazem outros Deputados do meu partido; como Vossa Excelência não responde, e quer que eu lhe prove, que Vossa Excelência não responde? Eu vou lhe provar, agora. Eu tenho aqui, um recorte de um jornal; um jornal, “Folha de Londrina”. Na primeira página, que tem uma kombi, aqui e diz: — “Cobrança em público. — Passadas as eleições, com seus candidatos eleitos, o pequeno comerciante Valdenick Ferraz de Oliveira, de Londrina, calculou que então receberia o que eles combinaram. Qual nada. E Valdenick está pelas ruas ostentando em sua kombi, o nome de seus devedores.”

Sabe qual é o nome que está escrito aqui, nobre Deputado?

O Sr. Rubens Bueno — Excelência, o recorte está nas suas mãos! Eu não consigo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência que lê o jornal “A Folha de Londrina”, que é um jornal que circula...

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência está indo ao Japão, para chegar até Maceió?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência me assegure a palavra.

O Sr. Rubens Bueno — Ah! é que acabou o diálogo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência tem tempo disponível na Liderança do seu partido para falar!

Diz, a notícia do jornal” indicando até o nome: “PMDB, Vereador Calderelli; Deputado Federal, Santinho Furtado. Me deve e não pagam.” Está aqui, é o jornal “A Folha de Londrina”.

Eu não culpar nenhum Deputado do PMDB pela colocação feita publicamente de que o PMDB pagou por determinado comerciante em Londrina, para conseguir voto.

Não. Não eu não vou e pretendo responder...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, conheço bem o cidadão e hoje Deputado Federal, Santinho Furtado.

Tive a oportunidade de dobrar com ele na região Norte pioneira. É um homem honesto, honrado, decente. E Vossa Excelência teve o cuidado somente, de recortar a primeira página do jornal, mas, não leu no interior do jornal, na página 4, aonde a notícia esclarece melhor, é mais esclarecedora. E nesta oportunidade, o Deputado Federal não tem compromisso com o comerciante. O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência tem

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência recortou só a primeira página, eu li o jornal. Eu procurei ler a notícia sem aproveitar-me dela para atacar um cidadão que não tem culpa.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência poderia esclarecer o que diz na página 4?

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Mas, Vossa Excelência deveria ter o cuidado de quando pegar o jornal e ler a primeira página, deve estar entre parênteses, como todos os jornais trazem, aonde continua a notícia.

Mas, Vossa Excelência, facciosamente traz somente a primeira página, um recorte da primeira página, tentando denegrir o nome de um homem honesto, de um homem honrado, de um pecuarista decente, de um homem que sempre primou pela honestidade e pela decência.

Vossa Excelência não está como sempre me acostumei a vê-lo, agindo acima de tudo com decência. Eu sempre o admirei Deputado Luiz Alberto, pela maneira como Vossa Excelência se conduz na tribuna da Assembléia. Pela maneira com que Vossa Excelência trava um diálogo franco.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu agradeço e a recíproca é verdadeira.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Trava com os Srs. Deputados.

Agora, não posso admitir. Poderia partir de qualquer outro Deputado, menos de Vossa Excelência, uma atitude tão pequena dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

Tem um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência, Deputado Tadeu, leu, como eu, a primeira página. Não tive oportunidade, confesso que não tive oportunidade de ler a quarta página. Irei lê-la. Caso esta matéria tenha outro sentido, virei ao plenário me penitenciar a presteito da colocação feita.

Agora, só quis usar este argumento para demonstrar ao Deputado Rubens Bueno que este Deputado, como Vossa Excelência não pode ser acusado pelo comportamento pessoal de outros Deputados.

Isto que não é possível, porque, senão vamos transformar esta Casa numa verdadeira "caça às bruxas".

E aceito se houver a tentativa de alguém em estabelecer uma verdadeira "caça às bruxas" a respeito do comportamento ideológico, pessoal, de honestidade, de caráter a respeito de qualquer Parlamentar nesta Casa, aceito o jogo bruto. Não quero que isto ocorra, mas também, não fujo da luta.

Era este o término do discurso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/82, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública, o "LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA", com sede e foro na Comarca e Município de Londrina. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 97/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA", com sede e foro na Comarca e Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-

ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1982.

(a) RUBEN VALDUGA

#### JUSTIFICATIVA:

O "LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA", com sede e foro na Comarca e Município de Londrina, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e tem como finalidade acolher, amparar, educar e preparar a criança órfã, a abandonada e a carente de qualquer outra forma, de modo a torná-la útil a si própria e à sociedade, prestando-lhe todo atendimento necessário, inclusive na formação moral, educacional e profissional, além da assistência médica e odontológica nas suas diversas especialidades.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei.

O Lar Anália Franco de Londrina, pelo relevante papel que vem desempenhando na área social de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 97/82

De autoria do ilustre Deputado RUBEN VALDUGA, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública o LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA, com sede na cidade de Londrina.

Imune de vícios de ordem constitucional, o processo obedece às normas regimentais, estando assim em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o "ESTÁGIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS", com sede e foro no Município de Colombo. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 131/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "ESTÁGIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS", com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando há mais de 10 anos, relevantes e inestimáveis serviços de assistência social e filantrópica à comunidade, principalmente aos velhos desamparados.

A documentação do Estágio Cristão dos Velhos Desamparados que estamos anexando ao presente, comprova e preenche as exigências legais para o reconhecimento público.

Com isso, é que levamos à consideração dos nobres Pares o presente plano de lei, que temos a certeza receberá o apoio de todos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 131/82

PARECER

De autoria do ilustre Deputado AUGUSTO CARNEIRO, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública o "ESTÁGIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS", com sede no Município de Colombo.

Obediente às normas regimentais e imune de vícios de ordem constitucional, está o processo em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;  
ADALBERTO DAROS, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, em nome da Bancada do PDS, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado na "Gazeta do Povo", intitulado "O Coronel Paula Soares".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

(O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Educação, solicitando providências visando a liberação das verbas destinadas aos municípios paranaenses, a fim de atender as despesas de auxílio para transporte de alunos das zonas rurais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, com relação ao requerimento do Deputado Ivan Gubert à Secretaria da Educação, nós gostaríamos de saber o conteúdo desse requerimento, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Já é matéria vencida, mas...

O SR. RUBENS BUENO — Sua Excelência não passou para matéria seguinte, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Já. Já estava lendo, Deputado, de autoria do Deputado Nelson Buffara.

O SR. RUBENS BUENO — Não, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Já foi proclamado o resultado, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência anunciou o resultado da votação inclusive, e realmente é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Perfeito. A Mesa dará ciência apenas para conhecimento da Bancada do PMDB, mas trata-se de matéria vencida.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando que as autoridades sanitárias da Secretaria de Saúde Pública, bem como aos responsáveis pela Saúde Pública de Paranaguá, informem qual o índice alarmante de hepatite, ocorridos nas últimas semanas em Paranaguá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando seja oficiado à TECPAR no sentido de informar sobre a contaminação de batatas por agrotóxicos, ocorridos em Palmas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo no sentido de que determine a reconstrução do acostamento do trecho da Rodovia do Xisto, no trecho compreendido entre Araucária e Lapa.— Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para declarar meu voto favorável ao requerimento em nome da bancada e para dizer que esta é uma reivindicação, também, da região sudoeste, que se serve desta principal via para escoamento da sua intensa produção agrícola.

E, no momento, Sr. Presidente, para declarar que a Bancada do PDS indica para compor a Comissão Especial que irá analisar o nome do futuro Prefeito Municipal de Curitiba, os eminentes Deputados Ailton Cordeiro, Erondy Silvério, Donato Gulin e Ezequias Losso, os últimos na condição de suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa recebe e encaminhará ao Departamento Legislativo as indicações, para anotar.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Ervin Bonkoski.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando envio de ofícios à Secretaria da Agricultura, Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e TECPAR, no sentido de informarem sobre a contaminação de batatas por agrotóxicos, ocorrido no Município de Palmas; e qual o posicionamento da Union Carbide do Brasil Ltda. produtora do agrotóxico, que coloca em suspeita análises efetuadas pelo TECPAR.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Tribunal de Justiça, objetivando a permanência do Distrito Judiciário de Rio Branco e a criação do Distrito Judiciário de Rosário.— Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Para encaminhar a votação.

Entendemos e pedimos a palavra para encaminhar, que o Distrito de Rio Branco, criado há mais de 20 anos, e apresentando, atualmente, 586 residências, 51 casas comerciais, um posto de gasolina, hotel, entreposto da CONORPA, 2.048 propriedades rurais, templos religiosos, colégios de primeiro grau, com 618 alunos, 11 escolas municipais rurais, posto telefônico, Posto Avançado do Bamerindus, em instalação; posto de saúde, clube social, sistema de abastecimento de água, além do complexo agro-florestal da Indústria Klabin, de papel e celulose, vem comprovar, de fato, a legitimidade da nossa pretensão, que não é nossa, tão somente, mas do povo do Município de Grandes Rios, em especial, do Distrito Judiciário de Rio Branco, a nossa pretensão e a pretensão daquela comunidade, em que se permaneça e volte a funcionar em Rio Branco, o Distrito Judiciário.

Entendemos, ademais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se aduzirmos ao fato, de que a população de Rio Branco, para se deslocar para onde está funcionando, hoje, o Cartório de Rio Branco, que é o Distrito Administrativo de Rosário, tem que se deslocar em torno de 20 km, por estradas das mais acidentadas, o que torna, ainda, esse trajeto bastante dificultado nos dias chuvosos e pelos acidentes que lá também ocorrem.

Entendemos, voltamos a repetir, como já fizemos na tarde ontem, da tribuna, a necessidade da permanência do Cartório de Rio Branco, no Município de Grandes Rios, como, tam-

bém, é uma necessidade premente existente no Município de Grandes Rios.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação o requerimento do Deputado Pessuti. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Saúde e Superintendente da SANEPAR e CAGEPAR de Paranaguá, no sentido de esclarecer com urgência a população da cidade, das medidas preventivas a serem tomadas contra o surto de hepatite, ainda não esclarecida.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário José de Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de correspondência ao Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação, encarecendo estudos no sentido de contratar 12 professores especialistas para o ILECE.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. ANIBAL CHURY — (Pela ordem) — Para comunicar que segunda-feira, às 10:00 horas da manhã, vai se reunir a Comissão Especial para indicação do Prefeito de Curitiba, sob a minha Presidência, infelizmente como o mais idoso.

Era esta a comunicação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa recebe e anota.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 97 e 131/83.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,  
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO  
SR. DEPUTADO ANIBAL KHURY,  
EM SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 1983.**

#### “O CORONEL PAULA SOARES

Somos Paraná hoje, nos atuais caminhos de nosso destino, porque determinados homens, num certo momento histórico, existiram, plasmaram em gerações futuras as virtudes de seus exemplos e decidiram rumos balizados pelos seus valores éticos. O Coronel Paula Soares, que o Rio Grande do Sul nos deu durante tantos decênios de vivência paranaense ao ponto de fazê-lo quase totalmente nosso, desapareceu, fisicamente, do convívio de incontável número de políticos, professores, líderes administrativos, esportistas, de uma ponderável porção que forma, hoje, o cerne da responsabilidade de nossa terra.

Com sua morte, junto com o legado de uma estirpe de filhos já enaltecidos nas várias profissões liberais e cátedras universitárias que ilustram, há todo um patrimônio que, desgraçadamente, não soubemos guardar. Com ele se vai um impressionante depoimento histórico, econômico, extensamente político, ao lado de incomensurável cabedal de observações sociológicas e de sentido filosófico, que Paula Soares foi desfilar perante os que tiveram a ventura de seu convívio.

Ele foi um político, principalmente. Político na absoluta consciência da piramidal importância que essa atividade é diante da realidade social e humana. Se nunca o ouvimos citar Comte - malgrado sua formação, originariamente, militar no Rio Grande do Sul e a forte influência dos positivistas nos quartéis gaúchos da primeira fase do século - Paula Soares entendia-a, excertiva-a com grande nobreza, compreendendo-a como o grande gesto que coroa o indivíduo numa sociedade organizada. Sempre a praticou. Praticou-a sem a arrogância dos novos vitoriosos, nem com a falsa humildade dos derrotados, Derrotado e vitorioso, tantas vezes, chegou a nível da serenidade mais alta, que o fez apto para o exercício de funções que desempenhou com profunda dignidade.

É histórico o episódio que, então, extinguiu os partidos e vedou o exercício político. Mas, como isto se achava nas suas entranhas, foi fazer política... num clube de futebol. No Britânia, com sua velha sede quase defronte à “Gazeta do Povo”, quando estávamos na Rua 15 de novembro.

Como o major Flores, também gaúcho, o coronel Paula Soares foi figura de incontestável liderança pessoal. Muitos dos melhores políticos paranaenses da atualidade hauriram de sua pessoa lições, experiências e, quiçá, a consciência da transitoriedade da falácia do poder. Sua teoria realística e pragmática dos “fatos consumados em política” marcaram gerações e sua maneira de ver e analisar o processo paranaense - brasileiro, também - influenciaram, decisivamente, rumos de nossa vida coletiva.

Foi, ao seu estilo e acompanhado pelo inconfundível charuto que lhe gizava a personalidade física, um valor que se ombreava à figura de um Milton Campos, aquele mineiro da mais absoluta integridade moral.

Paula Soares tinha - contam os redatores mais antigos desta casa - algumas mágoas escondidas, que confidenciava aos mais íntimos. O Paraná político, concentrado na Capital, era hermético, “fechado”, sempre jugulador de oportunidades aos adventícios. Só com Munhoz da Rocha e com o ciclo do café - que soube compreender tão bem, não só nos seus desdobramentos econômicos, políticos, mas sociológicos e filosóficos - é que abrimos o processo. Companheiro de “Rochinha”, Paula Soares contribuiu para que germinasse nesse ex-governador a tese de que “somos terra de todas as gentes”. A partir da década de 50 é que fomos admitindo essa colocação que se insere, hoje, como um ponto de praça, quase de orgulho, na pregação da inexistência de xenofobismo entre nós. Essa frase de um academicismo ronceiro, de que somos “como o pinheiro, com braços abertos”, não era uma verdade. Quando muito, uma falsa verdade, diante do hermetismo social e cultural existente anteriormente ao pensamento de Munhoz da Rocha, companheiro de Paula Soares de acontecimentos político-históricos.

Poucos de nós compreenderam como ele os larguíssimos reflexos que a cafeicultura trouxe para a economia, as finanças e o próprio posicionamento que os paranaenses tiveram que adotar com esse ciclo tão impressionante na história de nosso desenvolvimento. Em 1953, extinto o antigo CNC (Conselho Nacional do Café) e criado o atual Instituto Brasileiro do Café, Paula Soares aglutinou no escritório dessa autarquia, em Curitiba, muitas figuras, dentre as quais destacaríamos, apenas, o Sr. Leo de Almeida Neves, então, nas primícias de sua carreira política. Queria, apressadamente, fazer surgir uma liderança

na área cafeeira, para esboçar uma posição de verticalidade às manhas e à tradição de comando que os “novos barões” da cafeicultura paulista exerciam no cenário brasileiro. Corríamos, rapidamente, para a hegemonia da produção do “ouro verde” e Paula Soares, já entrado em anos, debruçou-se, com pertinácia e coragem, sobre a tarefa de fazer um Paraná-café que teria que se comprometer em lutas ferozes com a hegemonia político-econômica dos paulistas, em relação ao comando do “general café” no Brasil daquele tempo. Desgraçadamente, os frutos de sua visão deixaram ficar indefinidas essas lideranças e até hoje estamos, amargamente, perdendo, repetitivamente, as batalhas nessa área.

Não somente sua sabedoria política o fez ímpar, mas ao lado dela sua honestidade pessoal, que o tornou, sempre, diverso dos carreiristas açodados, que timbram ou em vaidades pessoais, ou até, na locupletação do bem público. A circunstância lutuosa de seu desaparecimento físico, neste instante em que lhe pranteamos a memória, é tão mais aguda, quando são escassos os depoimentos que dele deveríamos ter recolhido. Estamos, infelizmente, tão preocupados com o momentâneo, com o hoje e com o brilho fugaz do instante, que vimos perdendo a “memória” insita em homens como Paula Soares. Passamos a não conhecer o ontem e tornar difícil a compreensão da atualidade, o que nos leva à certeza de que sofreremos, inevitavelmente, erros que nos crucificarão no futuro. Dele deveríamos ter recolhido muito, afora as lições de quem amou o Paraná, serviu o Paraná, dignificou o Paraná, lutou pelo Paraná e foi, sobretudo, exemplo para aqueles paranaenses que, mais felizes que os novos, o conheceram, o admiraram e estão sabendo seguir seus passos, repetidos, com consciente orgulho, por tantos dos líderes políticos destas horas.

Atos da Diretoria Geral

PORTARIA Nº 096/83

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

constituir Comissão Especial presidida por MANOEL AGUIAR FILHO, secretariada por ESVERBEM GUIMARÃES PLAISANT e composta pelos membros RAUL WOLF e JONAS ZAMPIER, para avaliar o atual estado dos automóveis pertencentes a este Poder, como também estudos sobre a viabilidade de aquisição de novos veículos para substituí-los.

(Protoc. nº 1483).

PORTARIA Nº 097/83

designar ELMIRA LUIZA BAUER MONTECELLI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 4a. Secretaria, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 1583).

PORTARIA Nº 098/83

designar ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, matrícula nº 372, ocupante do cargo de Secretário de Comissão B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

(Protoc. nº 1530).

PORTARIA Nº 099/83

designar LUCIANO ANTÔNIO BITTENCOURT, matrícula nº 519, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Toguio Setogutte.

(Protoc. nº 1504).

PORTARIA Nº 100/83

designar ANTÔNIO CECY, matrícula nº 060, ocupante do car-

go de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fuad Nacli.

(Protoc. nº 1536).

PORTARIA Nº 101/83

designar DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Hermas Brandão, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 1616).

PORTARIA Nº 102/83

designar MARIA FERRER DA ROSA CUNHA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 1548).

PORTARIA Nº 103/83

designar LÚCIA CLEBIS MARTINS, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução nº 71/80, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Fiori Luiz Malaguido, a partir de 1.º de março de 1983.

(Protoc. nº 1398).

PORTARIA Nº 104/83

designar MARLENE APARECIDA DO VALE, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva.

(Protoc. nº 1217).

PORTARIA Nº 105/83

designar ILDA CARTÁRIO RIBEIRO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fuad Nacli, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 1584).

PORTARIA Nº 106/83

designar CELINA RABELO MESQUITA EBERLE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

(Protoc. nº 1458).

PORTARIA Nº 107/83

designar HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, matrícula nº 418, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

(Protoc. nº 1245).

PORTARIA Nº 108/83

designar FÁTIMA APARECIDA PRESTES, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços no Departamento Legislativo.

(Protoc. nº 1868).

PORTARIA Nº 109/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, da contagem em dobro das férias, conforme especifica:

SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL	—	Mat. 484
2 meses		1981
FRANCISCO TABORDA RIBEIRO	—	Mat. 375
4 meses		1980 e 1981
AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES	—	Mat. 079
2 meses		1982

RUBENS DAMAS	—	Mat. 371
2 meses		1980
RUBENS DAMAS	—	Mat. 371
4 meses		1981 e 1982
JULIETA ROSA SAMPAIO	—	Mat. 472
2 meses		1982
EMERENTINO DA CRUZ PACCA	—	Mat. 486
4 meses		1981 e 1982
JOSÉ ARY NASSIFF	—	Mat. 272
2 meses		1982
JOÃO MARIA SERPA	—	Mat. 070
2 meses		1982
DUIÍLIO DIAS	—	Mat. 241
2 meses		1982
LUIZA ZACK VIANTE	—	Mat. 213
4 meses		1981 e 1982
(Protocs. n.ºs 5843/82, 8432/82, 9023/82, 233/83, 255/83, 261/83, 279/83, 592/83, 831/83 e 833/83).		

## PORTARIA N.º 110/83

designar ELIONE FERNANDES, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução n.º 71/80, a prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa, a partir de 07 de março de 1983.

(Protoc. n.º 1639).

## PORTARIA N.º 111/83

designar JOSÉ ROSA FILHO, funcionário contratado deste Poder, pela Resolução n.º 71/80, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Antônio Martins Anibelli, a partir de 07 de março de 1983.

(Protoc. n.º 1511).

## PORTARIA N.º 112/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de OSVALDO FARIA, matrícula n.º 345, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de

novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1981 e 1982, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de hum (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o segundo decênio, compreendido entre 03 de agosto de 1974 e 03 de fevereiro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1975, 1976, 1977, 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 27).

## PORTARIA N.º 113/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 502, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento de Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 10 de novembro de 1976 e 10 de setembro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 8287).

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA

DIRETOR GERAL

REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO